

Relatório de Execução
da Estratégia Nacional para a
Integração das Comunidades Ciganas
2021

**Relatório de Execução da Estratégia Nacional para a Integração
das Comunidades Ciganas 2021**

RCM n.º 154/2018, de 29 de novembro

ÍNDICE

Sumário Executivo	6
Introdução	9
1. Execução 2021	10
2. Execução por objetivo estratégico e por objetivo específico	12
Objetivo Estratégico 1 – Melhorar a eficácia na implementação da ENICC e reforçar o conhecimento sobre pessoas ciganas	12
Objetivo Estratégico 2 – Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação	20
Objetivo Estratégico 3 – Reforçar a intervenção em mediação intercultural	33
Objetivo Estratégico 4 – Promover a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas	35
Objetivo Estratégico 5 – Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas	41
Objetivo Estratégico 6 – Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional	53
Objetivo Estratégico 7 – Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas	57
Objetivo Estratégico 8 – Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas	60
Síntese Final	64

Abreviaturas

ACM	Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
ACES/ULS	Agrupamentos de Centros de Saúde/Unidades Locais de Saúde
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
ANP	Associação Nacional de Proprietários
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
AP	Administração Pública
APEFA	Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos
APCEP	Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente
ARPC	Associações Representativas de Pessoas Ciganas
ARS	Administrações Regionais de Saúde, I.P.
CE	Centros de Emprego
CEFP	Centros de Emprego e Formação Profissional
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CESIS	Centro de Estudos para a Intervenção Social
CFAE	Centros de Formação de Associação de Escolas
CICDR	Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CLR	Comissão para a Liberdade Religiosa
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPDPCJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CONCIG	Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	Direção-Geral da Saúde
EMMI	Equipas Municipais de Mediação Intercultural
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
ENICC	Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
FAPE	Fundo de Apoio à ENICC
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FRA	Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IES/CInv	Instituições do Ensino Superior/Centros de Investigação
IGEC	Inspeção-Geral da Educação e Ciência

IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
IMH	Igualdade entre Mulheres e Homens
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
INR	Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
IP	Instituto Público
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
ISS	Instituto de Segurança Social, I.P.
MAI	Ministério da Administração Interna
MATE	Ministério do Ambiente e Transição Energética
MEP	Ministra de Estado e da Presidência
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEdu	Ministério da Educação
MHC	Mulheres e Homens Ciganos/as
MJ	Ministério da Justiça
MPMA	Ministérios da Presidência e da Modernização Administrativa
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
ObCig	Observatório das Comunidades Ciganas
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OPRE	Programa Operacional para a Promoção da Educação
ORVC	Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências
PAAC	Programa de Apoio ao Associativismo Cigano
PE	Programa Escolhas
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PPE	Plano Pessoal de Emprego
PSP	Polícia de Segurança Pública
RESMI	Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
UE	União Europeia
VMVD	Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica

Sumário Executivo

O Relatório que agora se apresenta resulta do acompanhamento e monitorização da implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), relativamente ao ano de 2021, analisando a execução dos objetivos gerais, objetivos específicos, medidas e indicadores, bem como as metas definidas para 2021.

Os dados recolhidos, tal como em anos transatos, foram reportados pelas entidades parceiras responsáveis pela implementação da Estratégia e monitorizados nas reuniões periódicas do CONCIG – Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (realizadas três reuniões em 2021).

A taxa de execução global da ENICC, em 2021, foi de 74,22%. Considerando a análise de execução por objetivos estratégicos, perto de metade da execução (46,48%) resulta da implementação de medidas no âmbito do objetivo estratégico 2 “Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação”, do objetivo estratégico 5 “Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas” e do objetivo estratégico 6 “Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional”.

Todos os objetivos estratégicos registaram indicadores de desempenho superiores a 2020, à exceção do objetivo estratégico 1 “Melhorar a eficácia na implementação da ENICC e reforçar o conhecimento sobre pessoas ciganas” e do objetivo estratégico 3 “Reforçar a intervenção em mediação intercultural”. Desta forma, das metas previstas na ENICC para 2021, verifica-se que 67,1% foram cumpridas, 7,1% foram cumpridas parcialmente, 17,6% não foram cumpridas e 8,2% não continham informação desagregada.

Com o objetivo de reforçar o conhecimento sobre pessoas ciganas, destacamos a importância das ações de sensibilização sobre “História e Cultura Cigana” dirigidas a vários públicos-alvo, como forças de segurança, comunidade escolar, profissionais da segurança social, da saúde e da proteção de crianças e jovens, num total de 6321 horas de formação ministradas. De referir também o papel do ObCig que em 2021, entre outros, publicou o número 1 de uma nova Coleção, 4 *newsletters* temáticas, organizou um seminário Internacional e publicou a 1.ª “ObCig Fact Sheets”.

Destaca-se ainda em 2021, a publicação da DGE do Guião “Promover a inclusão e o sucesso educativo das comunidades ciganas – guião pedagógico para a educação pré-escolar”.

O Programa Roma Educa, por seu turno, passou de uma 1.ª edição com 49 bolseiros/as para uma 2.ª edição em 2020/2021 com 120 bolseiros/as do terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Por outro lado, o Programa OPRE – Programa Operacional para a Promoção da Educação realizou a 5.ª edição no ano letivo 2020/2021, com a aprovação de 41 bolsas a 22 rapazes e 19 raparigas.

Ao nível do emprego, as metas previstas nos indicadores para 2021, foram praticamente na totalidade ultrapassadas, destacando aqui os 1374 novos Planos Pessoais de Emprego contratualizados no ano de 2021.

Ao nível da habitação, ocorreu a assinatura de um protocolo de cooperação entre o ACM, I.P., e o IHRU, I.P., que visa promover o acesso adequado à habitação das populações portuguesas ciganas, migrantes e seus descendentes, e de pessoas refugiadas ou requerentes de proteção internacional.

Os Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC), bem como os projetos de Mediadores/as Municipais Interculturais contribuíram significativamente na concretização de várias metas da Estratégia, tal como previsto. Destaque-se que em 2021, dos 49 mediadores envolvidos no Projeto de Mediadores Municipais Interculturais, 28 eram ciganos/as.

Também o Programa Romed, implementado em 2021, através de um protocolo entre o ACM, I.P., e a Associação Letras Nómadas, mesmo com os constrangimentos no terreno, fruto da Pandemia, alargou a sua presença a 13 concelhos, como previsto.

É de referir igualmente a importância das associações ciganas e outras entidades privadas sem fins lucrativos, para a prossecução dos objetivos da ENICC através da IV edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano – PAAC e a IV edição do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas – FAPE, com um financiamento conjunto de 310.000€, que permitiram a aprovação de 22 projetos de intervenção junto das comunidades ciganas, que terminaram respetivamente em julho e agosto de 2021.

Neste breve sumário executivo, não poderíamos deixar de destacar ainda o papel dos Projetos Escolhas no terreno, implementados no âmbito da 8.ª geração do Programa Escolhas, que foram de enorme importância no cumprimento das metas previstas na ENICC.

Apesar de em 2021 terem continuado as dificuldades inerentes ao contexto nacional de pandemia, foi possível assegurar a maioria das metas previstas, dando assim, consequentemente, prosseguimento aos objetivos previstos na Estratégia Nacional.

Introdução: A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)

O presente relatório incide sobre a execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 154/2018, de 29 de novembro, relativamente ao ano de 2021.

A ENICC tem como objetivos estratégicos:

1. Melhorar a eficácia na implementação da ENICC e reforçar o conhecimento sobre pessoas ciganas;
2. Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação;
3. Reforçar a intervenção em mediação intercultural;
4. Promover a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas;
5. Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas;
6. Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional;
7. Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas;
8. Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas.

Os dados que constam no presente relatório, referente ao ano de 2021, decorrem, como habitualmente, do acompanhamento e monitorização realizados pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), tendo por base as informações remetidas pelos parceiros responsáveis pela implementação da Estratégia e partilhadas no CONCIIG.

1. Execução Global 2021

A execução global da ENICC em 2021 foi de 74,4%. Tal como nos anos transatos as medidas que não continham informação desagregada relativamente às comunidades ciganas não foram consideradas como executadas na presente análise.

Assim, como se pode constatar no gráfico 1, ao considerarmos os indicadores previstos para 2021 pela ENICC, verifica-se que 67,1% (57) foram cumpridos, 17,6% (15) não foram cumpridos ou reportados, 7,1% (6) foram cumpridos parcialmente e 8,2% (7) não continham informação desagregada sobre comunidades ciganas, num total de 85 indicadores.

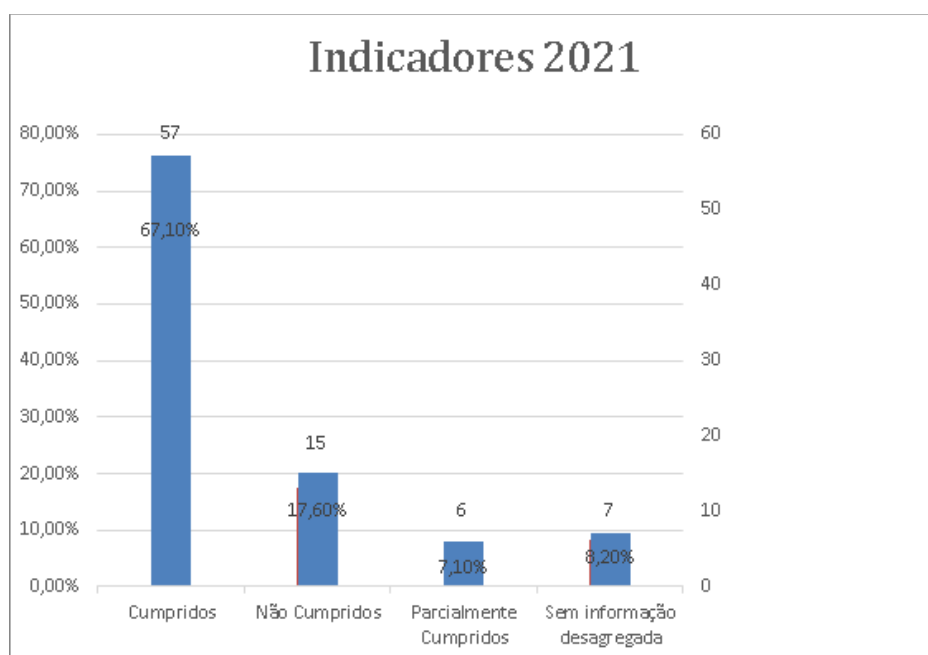


Gráfico 1 – Execução por Indicador

Relativamente à execução por objetivo estratégico, em 2021, como se pode verificar no gráfico seguinte (gráfico 2), o objetivo estratégico 5 “Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas” foi o que mais contribuiu para a taxa de execução da ENICC, com cerca de 18,78%, seguido pelo objetivo estratégico 2 “Promover uma cidadania ativa e de não discriminação”, com 16,73%.

Estas taxas de execução traduzem-se no ano de 2021 numa inversão da liderança das taxas de execução por objetivo estratégico face ao ano de 2020, mantendo no entanto ambos os

objetivos estratégicos 2 e 5 como os OE que mais contribuíram para a taxa de execução da ENICC.

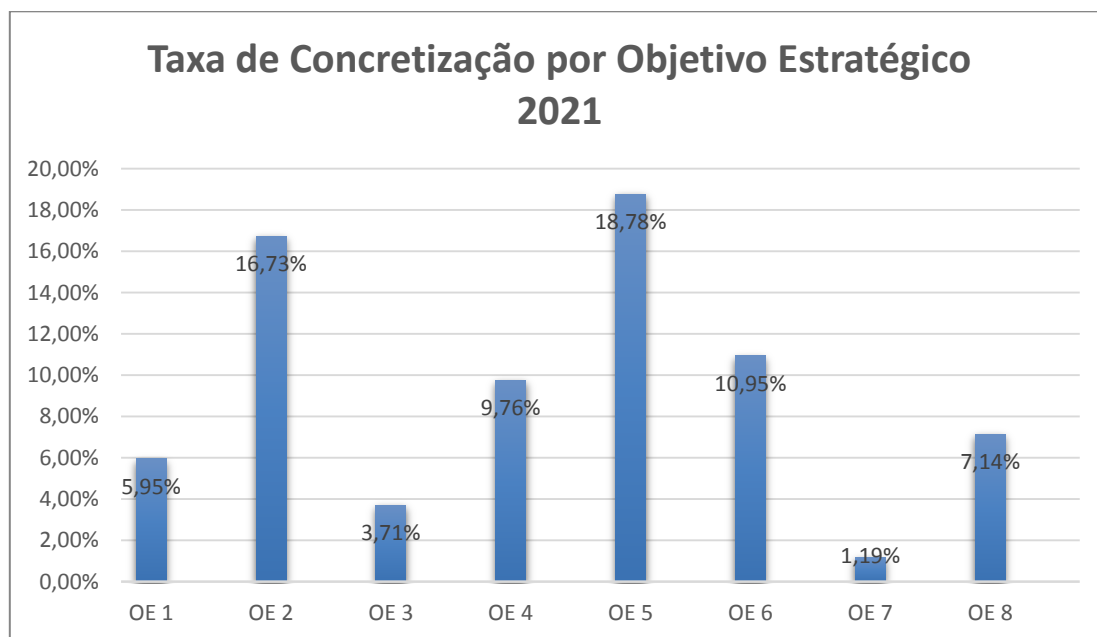


Gráfico 2 – Execução por Objetivo Estratégico

2. Execução por objetivo estratégico e objetivo específico

Objetivo Estratégico 1 – Melhorar a eficácia na implementação da ENICC e reforçar o conhecimento sobre pessoas ciganas

Objetivo específico:

1.1. Melhorar os mecanismos de acompanhamento e monitorização da ENICC, a nível nacional, regional e local

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
ACM, I.P. Todos os departamentos governamentais	
MTSS/ ISS Autarquias	MEP/ ACM, I.P.
MEP/ ACM, I.P.	

Medida: 1.1.1. Reforço dos mecanismos de implementação e monitorização da ENICC, desenvolvidos com o envolvimento de pessoas ciganas

Relativamente a esta medida, a mesma tinha apenas uma meta prevista para 2021 que foi concretizada, atendendo que continuou a ser cumprido o indicador que remetia para o n.º de ações de divulgação da ENICC. Desta forma, todas as ações de “História e Cultura Cigana” realizadas pelo ACM, I.P., são iniciadas com um enquadramento prévio sobre a ENICC e sobre o trabalho realizado no âmbito da integração das comunidades ciganas.

Ainda no âmbito desta medida, pese embora não houvesse nenhum indicador ou meta para 2022, é de destacar o lançamento da 2.ª edição do Projeto PLICC – Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, após nova candidatura aprovada pela Comissão Europeia, através do Fundo Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020), cujo evento de lançamento da edição em curso ocorreu a 19 de maio de 2021. Além dos municípios da 1.ª edição que pretenderam continuar no projeto, integraram a 2.ª edição do PLICC, com vista ao desenvolvimento do seu plano local, os municípios de Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Entroncamento, Marinha Grande, Santarém e Serpa.

Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas

O projeto-piloto Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas – PLICC (1.ª edição) lançado em 2018, aprovado e financiado pela Comissão Europeia, teve como objetivos principais:

- 1) apoiar os municípios na elaboração de planos locais;
- 2) elaborar e publicar um Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, para disseminação em outros municípios, após o termo do projeto.

Imagem 1 – Detalhe do *Flyer* de divulgação do projeto PLICC

Objetivo específico:

1.2. Melhorar a informação e o conhecimento da situação das pessoas ciganas

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 1.2.1. Melhoria na recolha de dados estatísticos sobre pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ INE	MEP/ACM, I.P., ARPC
Todos os departamentos governamentais	

Relativamente ao “*Processo de criação de mecanismo de recolha de dados de monitorização nos vários serviços iniciado*” o mesmo não foi totalmente alcançado, atendendo que ainda há entidades que não conseguem reportar dados específicos sobre as comunidades ciganas.

No que se refere ao indicador “*Desagregação por sexo dos dados de monitorização da ENICC*”, os dados têm sido reportados por sexo. O Instituto de Segurança Social, I.P. (IPSS, I.P.) procedeu, no final do ano de 2021, à monitorização das atividades desenvolvidas pelos Centros Distritais da Segurança Social, no âmbito dos serviços de atendimento e acompanhamento social, tendo por base os atendimentos em que o/a utente se identifica como membro da Comunidade Cigana, com a informação desagregada por sexo desde a sua implementação.

Medida: 1.2.2. Reforço do papel do ObCig

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P. MCTES/FCT	IES/CInv

A meta prevista para 2021 referente ao *“Número de estudos realizados sobre as pessoas ciganas, designadamente nas seguintes áreas: educação, saúde, integração no mercado de trabalho, relações sociais de género incluindo casamentos e gravidezes precoces, experiências de discriminação incluindo discriminação interseccional, práticas de integração das pessoas ciganas nos territórios, situação de pessoas ciganas itinerantes e mediação intercultural”*, foi atingida com o lançamento por parte do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) do primeiro número da Coleção *“Projetos e Práticas de Inovação Social”* com o título **“Um Cerco Educativo-Alternativo (1-CEA), Projeto de Trabalho Educativo de Rua (Handbook)”**, da autoria de Tiago Lobo-Dos-Santos, Licínio Mateus Fernandes e Benedita Ayres Pereira.

A coleção *“Projetos e Práticas de Inovação Social”* tem como objetivo a divulgação de projetos com temáticas, características e resultados que fomentem a mudança social em contexto e que inspirem realidades com constrangimentos similares, potenciando uma maior humanização de atores e dos contextos.

O projeto desta primeira edição procurou diminuir o absentismo e insucesso escolares de crianças e jovens ciganos/as, trabalhando para o efeito com os/as alunos/as, as famílias e as escolas.

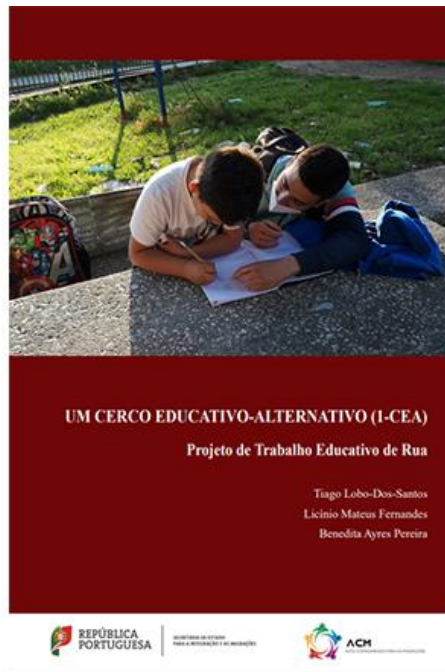


Imagem 2 – Livro: “Um Cerco Educativo-Alternativo (1-CEA), Projeto de Trabalho Educativo de Rua (Handbook)”

Das atividades realizadas pelo Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) entre janeiro e dezembro de 2021, destaca-se ainda:

a) a publicação de **quatro Newsletters**: do dia 8 de abril, dedicada ao tema “Mulheres em contexto de Pandemia” e publicada na ocasião do 50.º aniversário do Dia Internacional das Pessoas Ciganas (8 de abril); a *Newsletter* do dia 24 de junho, publicada na ocasião do Dia Nacional da Pessoa Cigana, dedicada ao tema “Racismo e Discriminação”; a *Newsletter* de outubro, dedicada ao tema da “Participação política-cívica das pessoas ciganas”; e a *Newsletter* de dezembro, dedicada ao tema “Direitos Humanos pela voz das crianças”. As *Newsletters* estão em acesso livre na secção “Newsletters” do *site* do ObCig;

b) a realização, em formato *online*, de quatro iniciativas do Ciclo ObCig “**Conversas com...**”: no dia 25 de março, dedicada ao tema "Habituação condigna e bons lugares: políticas e contextos"; dia 27 de maio, dedicada ao tema "Saúde como prevenção da doença: a importância do cuidar de proximidade"; dia 29 de julho, dedicada ao tema "Experiências de sucesso educativo de crianças ciganas: o Projeto RISE"; dia 28 de outubro, dedicada ao tema “A Participação Político-Cívica de Pessoas Ciganas”. Cada Conversa contou com uma participação de 50 pessoas;



Imagem 3 – Divulgação de “Conversas Com...”

c) a realização, no dia 29 de novembro, do **Seminário Internacional "Educação de Adultos e Comunidades Ciganas: políticas e processos"**, em formato *online*. Para além de três Conferências e um painel sobre contextos e práticas alusivos à temática, o Seminário incluiu a entrega do “Prémio ObCig Pessoa de Mérito”, tendo contado com uma média de participação de 250 pessoas;



Imagem 4: Poster do Seminário Internacional

d) “**ObCig Fact Sheets**”, cuja primeira publicação tem por título “Viver a Escola na Comunidade Cigana” e tem por autoria Ana Certã.

e) Candidatura e aprovação de um Projeto Internacional financiado pela Comissão Europeia, com participação de uma Associação Cigana (Ribaltambição). **Projecto TRACER** – Trasformative Roma Art and Culture for European Remembrance.

Medida: 1.2.3. Melhoria do conhecimento da situação escolar dos/as alunos/as e formandos/as ciganos/as nas escolas e Centros Qualifica

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdu/DGEEC	MEdu/DGE/ANQEP/ MEP/ACM, I.P./ ObCig
MEdu/DGE MEP/ACM, I.P.	MEdu/IPDJ/DGEEC/ ANQEP/DGEstE

A meta prevista para 2021 referente ao indicador “N.º de encontros realizados para a apresentação dos dados e discussão de políticas e práticas, envolvendo a AP, especialistas, docentes e pessoas ciganas” foi atingida, através da organização conjunta por parte da Direção-Geral da Educação (DGE) e do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I. P.), da Conferência anual do Ciclo de Conferências Comunidades Ciganas, sob o tema “Comunidades Ciganas: Sucesso educativo – recuperar para avançar”.



Imagem 5 – Conferência anual do Ciclo de Conferências Comunidades Ciganas, sob o tema “Comunidades Ciganas: Sucesso educativo – recuperar para avançar”.

A conferência, ocorrida a 9 de novembro, realizou-se em regime híbrido, tendo a sessão presencial decorrido no auditório da Câmara Municipal de Torres Vedras. O evento esteve igualmente disponível através do sistema de vídeo difusão, tendo tido um total de 259 visualizações e tendo a conferência registado 89 inscrições para o regime presencial, com inscrições provenientes de Escolas, mas também de mediadores e outras instituições (nomeadamente departamentos governamentais, Câmaras Municipais, Investigadores e Associações).

A conferência foi constituída por dois painéis:

- O primeiro painel, intitulado “Mobilização e resiliência em contexto” contou com a participação dos especialistas Maria Vieites Casado e Fernando Macías Aranda, ambos da Universidade de Barcelona, e Daniela Ferreira, da Universidade do Porto. Participaram ainda docentes do Agrupamento de Escolas de Padrão da Légua, Matosinhos.
- No segundo painel, com o tema “Estudantes ciganos/as: Um caminho em construção”, participaram Ana Umbelino, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Maria José Casa-Nova, Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas, Emanuel Fernandes, Presidente da Associação Sendas e Pontes – Associação Intercultural das Comunidades Ciganas, e Adonai Cambão, estudante cigano do Município de Torres Vedras.

Esta conferência contou, na sessão de abertura, com a presença de Laura Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Cláudia Pereira, Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, e João Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Educação, e, na sessão de encerramento, com José Vítor Pedroso, Diretor-Geral da Educação, e José Reis, Vogal do Conselho Diretivo do Alto-Comissariado para as Migrações, encontrando-se ainda disponível para visualização em: <https://www.dge.mec.pt/noticias/ciclo-de-conferencias-comunidades-ciganas-disponibilizacao-do-video>.

Ainda dentro desta medida, a meta referente ao indicador “*Relatório publicado sobre Centros Qualifica*”, não foi atingida, tendo a ANQEP, I.P., procedido durante o ano de 2021 à preparação do questionário a enviar à rede de Centros Qualifica.

Medida:

1.2.4. Reforço do conhecimento e partilha de práticas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ ACM, I.P.	

Relativamente ao "N.º de iniciativas que promovem a criação de ofertas formativas de nível superior sobre pessoas ciganas", não foi reportada a criação de novas ofertas.

No que concerne à meta do indicador "N.º de redes ou fóruns internacionais em que participam pessoas ciganas", a mesma foi concretizada com a participação de Vanessa Lopes como oradora na conferência organizada no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia (que decorreu entre 1 de janeiro e 30 de junho 2021): «Conferência *online* sobre a igualdade, inclusão e participação das populações ciganas na UE: "Working Together for Roma Rights"», ocorrida a 15 de abril, com o objetivo de assinalar a adoção, pelos Estados-Membros, da Recomendação do Conselho relativa à Igualdade, Inclusão e Participação das Populações Ciganas e de promover a reflexão sobre a melhoria das condições de vida e de participação das populações ciganas na UE.



PPUE 2021: Conferência "Working Together for Roma Rights"

Imagem 6 – PPUE 2021 – Conferência

O evento reuniu, numa lógica de debate e partilha, decisores políticos nacionais e locais, deputados do Parlamento Europeu, representantes das populações ciganas, académicos e organizações da sociedade civil, proporcionando diferentes perspetivas e testemunhos reais, nomeadamente sobre desafios emergentes e melhores práticas, e celebrando a diversidade das populações ciganas.

A sessão contou também com intervenções da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, da Comissária Europeia para a Igualdade, Helena Dalli, e da Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), Maria José Casa-Nova, em representação do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Ainda no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), ocorreu a 1 de junho um evento de alto-nível promovido pelo Parlamento Europeu com o objetivo de analisar e refletir sobre o novo Quadro Estratégico da União Europeia para as Comunidades Ciganas, estando Portugal representado pela Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, na dupla qualidade de representante da PPUE 2021 e de Presidente do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Na sua intervenção, a Alta-Comissária realçou o lançamento do Plano de Ação para o Pilar dos Direitos Sociais, refletindo, igualmente, sobre a promoção da Igualdade e da Não-Discriminação na Europa mencionando, ainda, a experiência nacional com o Conselho Consultivo para as Comunidades Ciganas (CONCIG). Ao longo da sessão, os vários participantes destacaram, também, a necessidade de reforçar a representatividade das mulheres e meninas ciganas nos diversos domínios de atuação, como a frequência do ensino superior, o envolvimento no Associativismo e a participação política e de promover iniciativas que conduzam à empregabilidade destas populações, tendo a Alta-Comissária referido o trabalho inovador promovido pelo Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) com o “Prémio ObCig Empresas Integradoras”.

Objetivo Estratégico 2 – Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação

Objetivo Específico: 2.1. Promover medidas de não discriminação e de combate ao anticiganismo

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 2.1.1. Sensibilização para a desconstrução de estereótipos e combate à discriminação, com o envolvimento de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P./ CIG	ARPC Entidades da Sociedade civil
MEP/ACM, I.P.	Municípios
MEP/ACM, I.P.	

A meta do indicador *“Campanha de sensibilização lançada sobre a integração das pessoas ciganas, de combate ao racismo e de não discriminação”* através de campanhas desenvolvidas pelos projetos de mediadores municipais de Braga, Serpa, Águeda, Castelo Branco e Moura.

A meta do indicador *“N.º de sessões de reflexão e debate realizados sobre documentários relacionados com as pessoas ciganas e o anticiganismo”* com 15 sessões concretizadas através dos Projetos de Mediadores Municipais e Interculturais (PMMI) de Braga, Serpa, Águeda, Castelo Branco e Moura.

A meta do indicador *“N.º de iniciativas em meios de comunicação social (televisão, rádio e imprensa escrita) tendo em vista a desconstrução dos estereótipos sobre pessoas ciganas”* foi concretizada nomeadamente através dos editoriais das *newsletters* do ObCig e do Projeto “A Par e Passo”, promovido pela Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, que decorreu entre 1 de março de 2020 e 31 de agosto de 2021, em Belmonte, Covilhã e Fundão. O projeto procurou promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação através de ações para a desconstrução de estereótipos e combate à discriminação, com o envolvimento de pessoas ciganas; da promoção da literacia e da participação cívica, política e cultural, e do voluntariado de pessoas ciganas. O projeto, promovido no âmbito do FAPE 2020-2021, é a continuidade de um trabalho realizado com o programa de rádio Cova da Beira, que direciona as suas ações no combate ao anticiganismo pelo conhecimento e empatia criado através dos *Media*, designadamente com uma rubrica apresentada por uma jornalista cigana intitulada “Mitos ou verdades sobre a comunidade cigana”. Todas as rubricas do programa estão disponíveis em: <https://open.spotify.com/show/042d1PFZlHWGaB9S56wBNB>



Imagem 7 – Projeto FAPE – FAPE2020-0018 – A Par e Passo – Beira Serra

Também o Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais de Moura desenvolveu um Programa de Rádio. O programa “Ser Cidadão” integra o projeto EMMI – Equipa de Mediação Municipal e Intercultural, promovido pela Câmara Municipal de Moura, em parceria com a ADC Moura e a Rádio Planície.

No âmbito da temática Participação Cívica e Igualdade, este programa de rádio tem como objetivo promover um maior conhecimento, por parte das comunidades ciganas e não ciganas, de cidadãos/ãs de etnia cigana e os seus percursos diferenciados em áreas diversas, tais como a política, as artes e a educação.



Imagem 8 – Materiais do PMMI de Moura

Por outro lado, a meta do indicador “N.º de ações de formação dirigidas a jornalistas e profissionais da comunicação sobre anticiganismo e discurso de ódio” foi concretizada a 30 de novembro com a concretização de uma ação dinamizada pelo NACI e pela CICDR.

Medida: 2.1.2. Reforço dos instrumentos de combate à discriminação

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP	IES/CInv
MEP/CIG/ACM, I.P.	
MEP/CIG	
MEP/ACM, I.P. MAI/PSP/GNR	
MEP/ACM, I.P. MAI/DGAL	
MEP/ACM, I.P. Todos os departamentos governamentais	

Todas as metas desta medida foram concretizadas à exceção da meta referente à formação às Forças de Segurança que foi parcialmente concretizada. Assim:

A meta do indicador *“N.º de ações de capacitação dos recursos humanos do ACM (CICDR) sobre novas dimensões da igualdade e não discriminação, designadamente sobre discriminação interseccional”* foi concretizada com a realização de cinco ações desenvolvidas pela Equipa de Projeto Desigualdades Interseccionais do ACM, I.P.

A meta do indicador *“N.º de ações de formação sobre interculturalidade e história e cultura cigana dirigidas a pessoal dirigente e técnico da AP central com responsabilidades na integração de pessoas ciganas”* foi concretizada com a realização de 13 ações de formação com 217 participantes.

A meta do indicador *“N.º de ações de formação sobre interculturalidade e história e cultura cigana dirigidas a pessoal dirigente e técnico da AP local com responsabilidades na integração de pessoas ciganas”* foi concretizada com a realização de 11 ações de formação com 178 participantes.

A meta do indicador *“N.º de ações de formação/sensibilização sobre interculturalidade e história e cultura cigana dirigidas a profissionais das FSS”* foi parcialmente concretizada com a realização de 11 ações de formação (contra as 20 previstas), com 469 participantes. Assim foram realizadas 10 ações à PSP onde estiveram cerca de 348 participantes e uma formação à GNR com 121 participantes.

Foi concretizada a meta referente ao indicador “Número de entidades apoiadas para formação avançada em matéria de discriminação, designadamente interseccional” dinamizado pela CIG em regime *online*, tendo sido dada como executada no 1.º semestre.

Medida: 2.1.3. Promoção da literacia de direitos de proteção contra a discriminação das pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	Entidades da Sociedade Civil

Nesta medida a meta do indicador referente ao “Número de ações de informação sobre a CICDR e o regime jurídico antidiscriminação dirigidas a pessoas ciganas”, foi atingida com três ações dinamizadas pela CICDR.

Objetivo específico 2.2: Promover a participação cívica, política, cultural e associativa, e o voluntariado de pessoas ciganas

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida 2.2.1. Promoção do associativismo de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	ARPC Municípios Entidades da Sociedade Civil

A meta referente ao indicador “N.º de ações de formação/sensibilização para o associativismo junto de pessoas ciganas” foi atingida com a realização de uma ação, com 16 participantes. Desta forma, a 15 de setembro de 2021 realizou-se, em Lisboa, o 1.º Encontro de Associações Representativas de Pessoas Ciganas. A Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, participou nesta iniciativa de aprendizagem colaborativa sobre a intervenção das associações ciganas que teve como principal objetivo a apresentação e a partilha do trabalho que as associações têm desenvolvido e a criação de uma rede de contacto entre as associações. O encontro contou a presença de 16 participantes de 10 associações, de oito concelhos diferentes (Porto, Figueira da Foz, Coimbra, Loures, Lisboa, Almada, Seixal e Elvas).



Imagem 9 – Intervenção da SEIM, Cláudia Pereira, no 1.º Encontro de ARPC

As metas referentes aos indicadores “N.º de projetos de ARPC apoiados através do PAAC” e “nº de ações de formação dirigidas a ARPC no âmbito do PAAC” não foram atingidas atendendo a que só foi possível lançar o programa a 20 de dezembro de 2021, tendo o período de candidaturas decorrido até 24 de janeiro de 2022.

Medida 2.2.2. Promoção da participação cívica, política e cultural, e do voluntariado de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	ARPC Municípios Entidades da Sociedade Civil
MEdu/IPDJ	Municípios Associações Juvenis MEP/ACM, I.P./PE
MEdu/ IPDJ	Municípios Associações Juvenis ARPC
MC	

No âmbito dos indicadores referentes à área governativa da Cultura, a meta referente ao indicador “*N.º de ações por Direção Regional de acesso à cultura dirigidas a pessoas ciganas*” não foi alcançada. Realizaram-se duas ações pela Direção Regional de Cultura do Norte. As Direções Regionais do Centro, Algarve e a Direção Regional de Cultura do Alentejo não reportaram execução.

A **Direção Regional de Cultura do Norte** em articulação com o Museu de Lamego e Rede de Monumentos do Vale do Varosa levou a cabo duas atividades cumprindo e ultrapassando a meta de uma atividade prevista.

No dia 8 de abril, Dia Internacional do Cigano, nas redes sociais (Facebook e Instagram) do Ministério da Cultura (MC), procedeu à partilha de uma pintura do séc. XVII, com o episódio bíblico “Descanso na fuga para o Egito com gitanas”, com o seguinte texto: «Neste dia dedicado a comemorar a cultura e história do povo cigano, partilhamos a pintura "Descanso na fuga para o Egito, com gitanas", num acolhedor e simbólico encontro, que desvenda o acolhimento desta etnia, na arte portuguesa do século XVII».



Imagem 10 – Divulgação da Pintura “Descanso na fuga para o Egito, com gitanas” de André Reinoso 1610-1641, pela DRCN

No dia 28 de agosto de 2021, teve lugar um evento na Torre Fortificada de Ucanha, o espetáculo IV, do projeto Sangue Novo Veias Antigas, o qual contou com a participação da AD Dance Company de Lamego, que apresentou uma coreografia especialmente concebida para o evento em causa, com uma abordagem relacionada com nomadismo contemporâneo –

refugiados, povos nómadas e ciganos – considerando a mobilidade e transição que o monumento, ponte, evoca.



Imagem 11 – Sangue Novo em Veias Antigas – Espetáculo IV

No que se refere à meta do indicador “Número de ações em equipamentos culturais que promovem a arte e cultura ciganas e contribuem para a desconstrução de estereótipos” a mesma foi alcançada com a contribuição de **várias entidades do Ministério da Cultura:**

O **Plano Nacional de Cinema** promove a realização de sessões de cinema escolares e em sala de cinema com o objetivo de formar públicos para o cinema tendo dado continuidade à promoção de nove sessões de cinema escolares, entre julho e setembro de 2021, com recurso a duas curtas-metragens da realizadora portuguesa Leonor Teles: *Rhoma Acans* e *Balada de Um Batráquio*. Estas atividades além da ENICC, articulam-se com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, com a promoção da Interculturalidade e com a promoção de uma educação inclusiva e abrangeram cerca de 225 alunos/as.

Por sua vez, o **Plano Nacional das Artes** realizou seis atividades envolvendo alunos/as de comunidades ciganas, incluídas no Projeto Cultural de Escola (PCE) nos Agrupamentos de Escola dos concelhos de Elvas, Tomar, Gavião, Portimão, Entroncamento e Vila Nova de Gaia, com o objetivo de incluir neste Projeto, espaço e tempo para a valorização e divulgação da cultura cigana.

Desta forma, ao longo do ano letivo 2020-2021, a “Associação artística Um Coletivo” foi Artista Residente no Agrupamento de Escolas n.º 3 de Elvas. Os projetos desenvolvidos no âmbito do

Projeto Cultural de Escola (PCE) pretenderam inter-relacionar os alunos/as da Escola de Vila Boim com crianças da mesma idade da comunidade cigana do bairro de São Pedro. Os projetos intitularam-se “O outro que era eu” e “Se a pele é fronteira, o corpo é território”, sendo este último apoiado financeiramente pelo Plano Nacional das Artes (PNA) e pela Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Também o Agrupamento de Escolas (AE) Templários, Tomar, incluiu nas suas atividades culturais danças ciganas. Cerca de 15 raparigas dançaram para a comunidade escolar, num acontecimento inédito e muito bem acolhido no Agrupamento.

No Agrupamento de Escolas de Gavião, um aluno escolheu mostrar as tradições natalícias da cultura cigana, quando questionado sobre «Onde encontras arte e cultura na tua vida?». O vídeo que realizou incluiu testemunhos de jovens de diferentes idades e tem sido visionado por centenas de pessoas.

Nestes três projetos acima descritos participaram diretamente cerca de 45 jovens das comunidades ciganas.

Por outro lado, o Agrupamento de Escolas Eng.º Nuno Mergulhão, de Portimão, pertencente à REI – Rede de Escola Interculturais, centrou o seu Projeto Cultural de Escola (PCE) na celebração do centenário de Amália Rodrigues. Trabalhando na criação de um espetáculo musical, que envolveu os/as alunos/as do agrupamento, incluindo, naturalmente, os/as alunos/as da comunidade cigana, criaram um momento de danças ciganas, em diálogo com uma música de Amália Rodrigues. O trabalho foi desenvolvido numa turma constituída por um número significativo de alunos/as de etnia cigana, pelo artista residente no agrupamento, Fábio Duarte, e pelo professor coordenador do Projeto Cultural de Escola, Francisco Balancho. Nesta iniciativa terão participado diretamente cerca de 97 jovens, 90 alunos/as participantes no musical e sete alunos/as na dança cigana, das comunidades ciganas. No final do ano letivo, foi apresentado publicamente, enquadrado no evento final do Projeto Cultural de Escola (PCE).

Por sua vez o projeto cultural de escola (PCE) do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, que tem alunos/as de 48 nacionalidades e 81 alunos/as de etnia cigana, intitulado «De uma escola multicultural a uma escola intercultural», incluiu como proposta levar à escola uma aluna de etnia cigana que completou o Ensino Superior, para uma conversa sobre o seu percurso escolar. Pretende-se que o exemplo seja motivador para os/as restantes alunos/as. Nesta iniciativa terão participado 81 alunos/as de etnia cigana.

No Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, de Vila Nova de Gaia (área geográfica que abrange várias comunidades ciganas), todas as atividades do Projeto Cultural de Escola (PCE) dirigidas ao pré-escolar e ao 1.º ciclo envolveram também os alunos/as de etnia cigana.

De referir também que a página de Recursos Educativos digitais do Plano Nacional das Artes (dirigida a alunos/as, professores/as, pais/mães e a todos/as os interessados/as), apresenta Recursos Educativos que envolvem a dança e a música da comunidade cigana, os quais são usados de forma autónoma nos contextos de educação formal, não formal e informal. Mais informação em: <https://www.pna.gov.pt/recursos-educativos>

Ainda no âmbito das ações em equipamentos culturais que promovem a arte e cultura ciganas e contribuem para a desconstrução de estereótipos, na Cinemateca Júnior, sita na Praça dos Restauradores em Lisboa, serviço da **Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema**, criado em 2007, direcionado para os espectadores infantis e juvenis, foram realizadas diversas atividades. Ao público escolar este serviço oferece diversas atividades, de acordo com as faixas etárias de quem visita a Cinemateca e com o objetivo único de transmitir o gosto pela arte cinematográfica. O programa de atividades proposto pretende dar a conhecer a História do Cinema, enquadrando-a num contexto histórico-cultural, social e científico através da projeção de filmes, no seu formato original em cópias disponíveis no Arquivo da Cinemateca, e também de ateliês temáticos. No âmbito do protocolo assinado com o projeto Radio(grafias) Iguais, que tem como um dos seus objetivos a igualdade do indivíduo na sua diferença cultural e que prevê a intervenção social e artística em grupos de crianças oriundas da comunidade cigana, foram realizadas com crianças dessa comunidade, residentes no Bairro do Zambujal (Alfragide), e que frequentam escolas pertencentes ao Agrupamento Almeida Garrett, as seguintes atividades, tendo sido largamente ultrapassada a meta prevista da realização de uma atividade:

16-06-2021 – Visita guiada (Cinemateca Júnior) + filme

17-06-2021 – Visita guiada (Cinemateca Júnior) + filme

16-10-2021 – Exibição do filme “Nem + Nem - “de Cláudia Alves, com envolvimento das famílias dos alunos/as, para além dos alunos/as e professores/as.

19.10.2021 – Filmes “*Rentrée des Classes*” e “Luzinha” para a comunidade escolar

09-11-2021 – Oficina “Um Retrato aos Pedacinhos”

09-12-2021 – Oficina “Dançar com a Luz e a Cor”

As sessões de cinema foram articuladas com as oficinas, em termos de conteúdo e de linguagem do cinema, com os objetivos e conceitos do projeto Radio(grafias) Iguais, permitindo o contacto com obras da história do cinema, incluindo o contemporâneo, tendo sido abrangidos 180 alunos/as do 1.º ciclo e professores.



Imagem 12 – Cinemateca Portuguesa – Museu de Cinema

Por parte da **Direção-Geral das Artes** importa ainda referir que inicialmente estavam previstas duas apresentações e dois *workshops* para os dias 14 e 15 de janeiro, no Cineteatro Louletano, em Loulé, no âmbito do evento “Festival Amostra: Mostra-plataforma nacional de artes performativas para a infância e juventude”, contando com a previsão de três dias de apresentações para escolas e um dia de apresentações aberto a todos os públicos, e que decorreriam em vários espaços culturais em Lisboa. No entanto, a entrada em vigor a 15 de janeiro do estado de emergência, consequência da situação pandémica vivida, obrigou ao encerramento dos espaços culturais e consequentemente ao cancelamento/reagendamento destas iniciativas para o ano de 2022.

Relativamente à circulação nacional da peça “Engolir Sapos” da entidade Amarelo Silvestre, estrutura financiada pela DGARTES através dos Apoios Sustentados 2020-2021 na área do Teatro, foi realizada uma apresentação e um *workshop online* no dia 24 de outubro, no âmbito da 4.ª edição do evento “CORPO DE HOJE festival de artes performativas de Tavira 2021”, que contou com 100 espetadores.

“Engolir Sapos” é uma reflexão artística, em forma de espetáculo de teatro, sobre preconceito e sapos de loiça. “Engolir Sapos” é um espetáculo para todos, mas com maior enfoque no público escolar juvenil, com o intuito de despertá-los para a temática do preconceito, e da relação entre comunidades ciganas e não ciganas. Procurando contribuir para aproximar

comunidades, valorizando o indivíduo em detrimento da generalização coletiva: eles os ciganos, nós os não ciganos.

Cada apresentação conta com a realização de uma oficina obrigatória (90 min./por turma) para as turmas participantes e que culminaram numa conversa/debate, após o visionamento da peça.

No que se refere à meta do indicador referente ao “*N.º de jovens ciganas/os envolvidas/os nos Programas Ocupação de Tempos Livres*”, de junho a setembro de 2021, no âmbito do Programa OTL, na modalidade Curta Duração, participaram a nível nacional nos 60 projetos aprovados, um total de 691 jovens. Destes, 142 (20,55%) eram de minorias culturais não tendo sido possível determinar quais seriam de etnia cigana.

Por outro lado, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) no decorrer do ano de 2021, esteve envolvido na dinamização de várias iniciativas nomeadamente na implementação de 174 Projetos por parte de 116 Entidades sem fins lucrativos, apoiados pelo IPDJ no âmbito da Ação de voluntariado de longa duração «Geração Z», integrada no Programa “Agora Nós”, os quais contaram com a participação de 303 jovens de minorias, não tendo sido possível especificar em concreto se provenientes da etnia cigana e que correspondem a 46,40% de um total de 653 dos voluntários participantes a nível nacional.



Imagem 13 – Programa “Agora Nós”

Também em regime *online*, e presencialmente em Escolas Secundárias do Distrito de Lisboa, o IPDJ dinamizou o Projeto «CONNECT YOURSELF», o qual tem como objetivos formar, sensibilizar e envolver os/as jovens da região de Lisboa e Vale do Tejo, para que possam

apoiar, defender, promover e beneficiar da Estratégia Europeia para a Juventude 2019-2027, “Youth Goals”.

No âmbito da Educação Não-Formal o Centro de Juventude de Lisboa (CJL), do IPDJ, levou a cabo diversas ações de formação tendo organizado dois *Bootcamps* em formato presencial e residencial, tendo estas ações como destinatários/as técnicos/as de juventude, decisores/as políticos e dirigentes associativos.



Imagem 14 – *Bootcamps* – Centro de Juventude de Lisboa

Também com o envolvimento e a participação de Técnicos/as de Juventude de Municípios, Dirigentes Associativos de Associações Juvenis, Dirigentes de Clubes e Federações Desportivas e Jovens voluntários o Centro de Juventude Lisboa, em regime *online* e com recurso à Plataforma Teams, realizaram-se ainda diversas iniciativas tais como o *Webinar* “Educar para a Participação Digital” que teve lugar a 13 de abril.



Imagem 15 – Webinar “Educar para a Participação Digital”

Medida 2.2.3. Realização de ações de formação para a certificação pedagógica de formadores/as ciganos/as

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	ARPC

Em 2021, mais duas pessoas ciganas iniciaram o seu curso de formação de formadores e, outras duas pessoas ciganas integraram a bolsa de formadores do ACM, I.P.

Objetivo Estratégico 3 – Reforçar a intervenção em mediação intercultural

Objetivo específico: 3.1. Reconhecer e reforçar a intervenção em mediação intercultural

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 3.1.1. Reconhecimento do perfil e qualificação de mediadores/as interculturais

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas

MEP/ACM, I.P.	
MEP/ACM, I.P. CIG/MTSS	Entidades da Sociedade Civil
MEP/ACM, I.P. MCTES	RESMI

No que se refere à meta do indicador “Lei n.º 105/2001, de 31 de agosto, que estabelece o estatuto legal do/a mediador/a sócio-cultural, revista e regulamentada”, a meta não foi cumprida. Não obstante, é de referir a continuidade dos trabalhos por parte da ANQEP e do ACM, I.P., com vista ao “processo de integração da qualificação de mediador/a intercultural no Catálogo Nacional de Qualificações” (meta prevista para 2019), que culminou com a integração no mesmo em janeiro do presente ano.

No que se refere à meta do indicador referente ao “N.º de iniciativas que promovem a integração de ofertas formativas em mediação intercultural de nível superior”, a meta foi cumprida tendo sido reportadas pela RESMI cinco iniciativas desenvolvidas no âmbito de alguns ciclos de estudos de licenciatura e de mestrado.

Medida: 3.1.2. Reforço da intervenção em mediação intercultural

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdu/DGE	MEP/ACM, I.P. MEdu/DGEstE Entidades da Sociedade Civil
MS/ARS/ACES/ULS/Hospitais	
MEP/ACM, I.P.	Municípios ARPC
MJ/DGRSP	ARPC

Nesta medida foi concretizada a meta do indicador “N.º de ações de formação dirigidas às escolas TEIP, tendo em vista reforçar o envolvimento de mediadores/as interculturais”, com

mais do dobro das ações previstas como meta realizadas. Desta forma, decorreram 56 ações no âmbito do Plano Plurianual de Melhoria (PPM) dos Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), contando com a participação de técnicos/as especializados/as, nomeadamente mediadores/as interculturais em áreas de capacitação em diversas temáticas: Diferenciação pedagógica, Educação inclusiva, Relações interpessoais e gestão de conflitos e Promoção da integração e do sucesso escolar das crianças e jovens das comunidades ciganas.

Também a medida referente ao “*N.º mediadores/as interculturais ciganos/as contratados/as em municípios no âmbito do Programa de Mediadores Municipais Interculturais*” (25 até 2021) foi concretizada com a existência em 2021 de 28 mediadores/as contratados/as (20 H e 8 M), no âmbito dos dois Avisos do POISE “Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais”. Desta forma, em 2021, na sequência dos resultados ao AVISO Nº POISE- 33-2021-02, cujas ações elegíveis visaram promover a criação de equipas de mediadores interculturais e de intervenção municipal dirigida à integração das comunidades imigrantes e das comunidades ciganas, foram aprovados 20 novos projetos nos municípios de: Alfândega da Fé, Alvito, Barcelos, Borba, Carraceda de Ansiães, Covilhã, Satão, Sertã, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Viseu, Fundão, Gondomar, Leiria, Paredes, Peniche, Pombal, Santarém, Vila Pouca de Aguiar.

Ainda em 2021, não obstante não haver meta prevista, continuou a ser implementado o Programa Romed, na sequência de um protocolo entre o ACM, I.P., e a Associação Letras Nómadas, em 13 concelhos de Portugal continental.

Objetivo Estratégico 4 – Promover a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas

Objetivo específico: 4.1. Incentivar e apoiar a participação na vida profissional, cívica e política de raparigas e mulheres ciganas

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 4.1.1. Promoção da participação cívica, política e associativa de raparigas e mulheres ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	ARPC Entidades da Sociedade Civil Municípios

MEP/CIG	ARPC Entidades da Sociedade Civil Municípios
---------	--

A meta referente ao indicador “N.º de ações de formação/sensibilização para o associativismo junto de mulheres ciganas” foi concretizado tendo-se realizado em 2021, seis “Círculos de Fala”.

Em 2021, o ACM, I.P., assinou um novo protocolo com a associação AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, com o objetivo de realizar seis Círculos de Fala de Mulheres Ciganas, tendo os mesmos decorrido em Lisboa (Bairro das Murtas); Évora; Vila Verde; Barreiro; Almada (Bairro do Torrão) e Pombal. Desde 2019 foram já realizados 13 encontros, onde participaram mais de 150 mulheres ciganas.



Imagem 16 – Círculos de Fala – Bairro das Murtas

A 8 de abril, o ACM, I.P., e o ObCig promoveram a tertúlia "Ao redor da liberdade: Mulheres em contexto de pandemia". A iniciativa, que assinalou o 50.º aniversário do Dia Internacional das Pessoas Ciganas, reuniu diversos rostos e vozes femininos com o objetivo de proporcionar a reflexão conjunta e o diálogo sobre os impactos da pandemia da COVID-19 e da crise económica e social emergente na organização do quotidiano das mulheres portuguesas ciganas.

Medida: 4.1.2. Promoção da participação de raparigas e mulheres ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	Municípios/Entidades da Sociedade Civil
MEP/CIG	Entidades da Sociedade Civil
MTSSS/IEFP	

O indicador referente ao “*N.º de mulheres ciganas contratadas no âmbito das Medidas Contrato Emprego e Prémio Emprego/Estágios Profissionais*” não foi concretizado tendo-se registado a contratação neste âmbito de apenas uma mulher cigana sendo a meta anual de cinco contratações. No entanto, é de salientar que no ano de 2021 foram colocadas 25 mulheres ciganas em ofertas de emprego registadas, resultantes dos 725 atendimentos de mulheres ciganas registados, especificamente para apresentação a ofertas de emprego registadas nos serviços locais do IEFP, I.P. Destes atendimentos, que contaram com o envolvimento de Técnicos/as dos Serviços Locais de Emprego e dos Serviços Locais de Formação Profissional do IEFP, I.P., na integração de mulheres maiores de 18 anos sinalizadas como abrangidas pela ENICC nas medidas “Contrato Emprego” (Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 95/2019, de 29 de março) e “Prémio ao Emprego” na sequência de celebração de contrato de trabalho sem termo no final da realização de um Estágio Profissional (Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 70/2019, de 27 de fevereiro), ou de um Estágio ATIVAR.PT (Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho, e pela Portaria n.º 331-A/2021, de 31 de dezembro, medida que veio revogar a medida Estágios Profissionais), resultaram ainda 944 apresentações.

Mercado de Emprego – procura, oferta e colocação			
Género	N.º Candidatos	N.º Apresentações	N.º Colocações em Ofertas de Emprego registadas
Homens	1442	1926	58
Mulheres	725	944	25
TOTAL	2167	2870	83

Quadro 1 – Número de candidatos/as a emprego sinalizados/as como abrangidos/as ENICC atendidos/as para colocação, apresentados/as e colocados/as em ofertas registadas nos serviços locais (ano 2021)

As medidas “contrato emprego” e “prémio emprego” constituem um apoio financeiro direto às entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho em determinados moldes, designadamente com criação líquida de posto de trabalho, celebração de contrato sem termo ou por período mínimo de 12 meses e que proporcionem formação ao/à novo/a trabalhador/a.

Objetivo específico: 4.2. Reforçar a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas ciganas

Medida: 4.2.1. Desenvolvimento de projetos de intervenção junto de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/CIG/ACM, I.P.	Entidades da Sociedade Civil IES/CInv

Nesta medida, a meta para 2021, referente ao “*N.º de profissionais capacitados/as para a intervenção junto de vítimas de VMVD em situação de especial vulnerabilidade, em virtude da interseção de vários fatores de discriminação, nomeadamente mulheres e raparigas ciganas*”, foi concretizada e ultrapassada, com 440 profissionais/especialistas nacionais em matéria de violência doméstica participantes, e mais 1800 previstos.

No âmbito do projeto PATTERN, promovido pelo CESIS, tendo como entidades parceiras a CIG e o ACM, I.P., no que concerne à capacitação de profissionais de entidades que trabalham com comunidades ciganas em Portugal, incluindo mediadoras ciganas, ocorreram em regime

online: dois *focus group*, envolvendo um total de 10 participantes e um *Workshop* transnacional. No primeiro dia, o *Workshop* contou com a presença de 24 pessoas, de entre estes, 13 profissionais/especialistas nacionais.

Por outro lado, no âmbito do projeto Rede Pares: Violência de Género e Empoderamento promovido pelo ISPA – Instituto Universitário, com financiamento EEA Grants/CIG, foram realizados sete *workshops online*, envolvendo 440 participantes (398 mulheres e 42 homens), subordinados às problemáticas da Violência de Género/Violência Doméstica e Múltiplas Discriminações.

Visando concretizar Plano de Formação dirigido à Administração Pública Central (<https://www.cig.gov.pt/2021/02/lancado-plano-anual-de-formacao-conjunta-em-violencia-contra-as-mulheres-e-violencia-domestica-para-a-administracao-publica/>), encontram-se em execução ações de formação aprovadas no contexto do concurso N.º POISE-36-2021-09 – 3.15 – “Formação de públicos estratégicos”, abrangendo as regiões Norte, Centro e Alentejo, tendo-se iniciado em finais de 2021, e também ações de formação aprovadas no contexto do concurso N.º LISBOA-36-2021-16, com início em janeiro de 2022. Este Plano de Formação contempla o Módulo Formativo: Vítimas em situação de vulnerabilidade acrescida, com um total de 24 Horas. Não se encontram ainda disponíveis dados relativos ao n.º de formandos/as, embora a estimativa seja de que o tenham frequentado cerca de 1800 participantes.

É de referir ainda em 2021, a criação, através do Despacho n.º 1498 A/2021, de 5 de fevereiro, do Grupo de Trabalho para a Prevenção e Combate aos Casamentos Infantis, Precoces e Forçados.

Este grupo está mandatado para a elaboração de um relatório final – Livro Branco sobre Práticas Tradicionais Nefastas – PTN, com contributos e recomendações em matéria de prevenção e combate aos casamentos infantis, precoces e forçados.

Desta forma, a 11 de outubro de 2021, no Dia Internacional das Raparigas, a então Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, e o Grupo de Trabalho para a prevenção e combate aos casamentos infantis, precoces e forçados, assinalaram a data com uma campanha informativa dirigida a profissionais dos serviços públicos e técnicos/as com intervenção no terreno para desconstruir mitos associados a estas práticas e dar a conhecer alguns dos principais sinais de alerta a ter em conta.

Objetivo específico: 4.3. Desenvolver formas de transversalização da IMH na ENICC

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 4.3.1. Integração da perspectiva da IMH nos financiamentos

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	

A meta referente ao indicador “*Critérios de IMH integrados nos financiamentos no âmbito do FAPE e PAAC*” foi concretizada em 2021, conforme regulamento publicado do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano que prevê o contributo para a igualdade entre mulheres e homens.

A meta referente ao indicador “*Critérios de majoração em matéria de combate ao abandono escolar de meninas e raparigas ciganas integrados no Programa Escolhas*” foi concretizada em 2021, considerando que o n.º 3 do Art.º 4 do regulamento do Programa Escolhas refere que “são participantes diretos/as do Programa Escolhas as crianças e jovens entre os 6 e os 25 anos, provenientes de contextos mais vulneráveis, que se encontrem numa ou mais das seguintes situações”, e nessas situações está o abandono escolar.

Medida: 4.3.2. Integração da perspectiva da IMH no trabalho dos serviços da rede nacional de apoio à integração de migrantes e demais áreas de projeto do ACM, I.P.

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/CIG/ACM, I.P.	ARPC/Entidades da Sociedade Civil Municípios
MEP/CIG/ACM, I.P.	

A meta no âmbito do indicador “*N.º de ações de formação sobre IMH para pessoas ciganas no âmbito do PAAC, FAPE e Equipas de Mediação Intercultural*” foi cumprida com a realização de duas ações do Projetos de Mediadores Municipais e Interculturais (PMMI) em Moura.

Também o Projeto “*Maria da Penha*”, promovido pela Agarrar Exemplos – Associação e Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas, financiado no âmbito do FAPE 2020-2021, promoveu três iniciativas em 2021 com o envolvimento de 29 participantes.

O projeto “100 + Preconceito 5.0”, promovido pela Associação para o Planeamento da Família (APF), igualmente financiado no âmbito do FAPE2020-2021, desenvolveu também uma ação com um total de 26 participantes.

Estes dois últimos projetos têm em comum a prevenção da violência de género e combate a todas as formas de violência contra as mulheres.



Imagem 17 – Projeto “Maria da Penha” – Agarrar Exemplos

A meta no âmbito do indicador “*N.º de ações de formação em IMH para profissionais do ACM*” foi concretizada com a realização de duas ações desenvolvidas pela Equipa de Projeto Desigualdades Interseccionais assim como com a realização de cinco ações de formação em IMH para profissionais do ACM, I.P., num total de 13 horas e 25 minutos contando com 97 participantes. Destas, três ações tiveram como tema “Mobiliza-te Contra o Sexismo” e as restantes o tema “Mulheres Migrantes e a Interseccionalidade”.

Por outro lado, no que se refere ao indicador sobre o “*N.º de estudos produzidos sobre minorias étnicas e raciais, e género*” a meta foi atingida. Desta forma, no âmbito do já referido projeto PATTERN, promovido pelo CESIS, tendo com entidades parceiras a CIG e o ACM, I.P., foi produzido um relatório nacional sobre mulheres ciganas e violência doméstica: (https://www.cesis.org/admin/modulo_news/upload/files/Pattern_National_report_Portugal_PT.pdf)

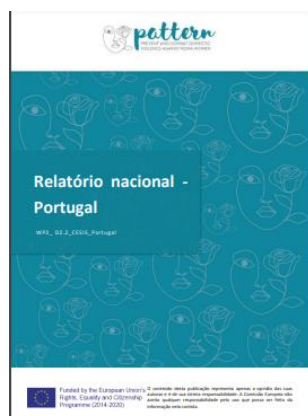


Imagem 18 – Projeto Pattern – relatório nacional

Objetivo Estratégico 5 – Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas

Objetivo específico: 5.1. Promover e reforçar a capacidade dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas para a integração e o sucesso educativo das crianças e jovens ciganas/os no ensino básico e secundário

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 5.1.1. Produção e divulgação de conteúdos e de recursos de apoio às escolas, com o envolvimento de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdu/DGE	MEdu/DGEstE Municípios MEP/ACM, I.P. Entidades da Sociedade Civil

No que se refere ao indicador “*Guião pedagógico criado com orientações e boas práticas para a integração de meninas e meninos ciganas/os na educação pré-escolar*” foi concretizado em 2021, a meta de 2019, com a produção e publicação por parte da DGE do documento “Promover a inclusão e o sucesso educativo das comunidades ciganas – guião pedagógico para a educação pré-escolar”.

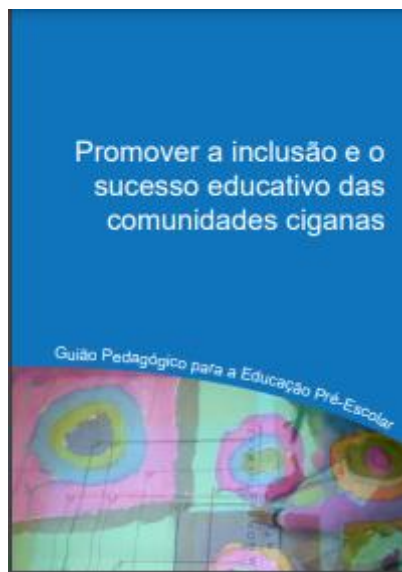


Imagem 19 – Guião pedagógico para a Educação Pré- escolar”

Relativamente ao indicador “% dos agrupamentos de escolas com mais de 50 alunos/as ciganos/as que realizou sessões de trabalho de apropriação do Guião pedagógico, com a participação de docentes, famílias de alunos/as ciganos/as e não ciganos/as, pessoal técnico, entidades da sociedade civil e especialistas”, devido às condicionantes relacionadas com a proteção de dados, designadamente os dados referentes à etnia, não foi possível à DGE identificar quais os estabelecimentos de ensino frequentados por crianças e alunos/as pertencentes às Comunidades Ciganas.

A meta referente ao indicador “N.º de Centros Qualifica, centros de formação, associações juvenis e outras entidades da sociedade civil, e municípios envolvidos nas sessões de apresentação do Guião pedagógico com a participação de docentes, famílias de alunos/as ciganos/as e não ciganos/as, pessoal técnico, entidades da sociedade civil e especialistas” não foi concretizada uma vez que a DGE não tem acesso a estes dados. Não obstante, o guião foi apresentado no Ciclo de Conferências Comunidades Ciganas, sob o tema “Comunidades Ciganas: Sucesso educativo – recuperar para avançar”, onde estiveram 89 participantes inscritos/as.

Relativamente ao indicador “Recursos pedagógicos produzidos no domínio Interculturalidade no âmbito da ENEC (sobre anticiganismo e história e cultura cigana)”, além do recurso pedagógico “Promover a inclusão e o sucesso educativo das comunidades ciganas – guião pedagógico para a educação pré-escolar – 2021”, destacamos a produção da curta-metragem “Senhelo Calhim – Eu Sou cigana” que surge no âmbito da candidatura “Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa – Norte 2020” e foi desenvolvido, pelo Centro de Criatividade

Digital da Universidade Católica Portuguesa, em colaboração com a Câmara Municipal de Matosinhos, com o objetivo de desconstruir estereótipos, mitos e representações associados à cultura cigana e não cigana, valorizar a multiculturalidade e a escola enquanto espaço integrador aberto a todas as crianças. A curta-metragem pode ser vista em: <https://www.youtube.com/watch?v=6XyTvNUb6LY>



Imagem 20 – Curta-metragem – “Senhelo Calhim”

Ainda no âmbito dos recursos produzidos no domínio da interculturalidade, gostaríamos de destacar a publicação do livro, “Mulheres Ciganas, vidas que Inspiram”, da Associação Mulheres Sem Fronteiras, financiado no âmbito do FAPE.



Imagem 21 – Livro “Mulheres Ciganas, Vidas que Inspiram”

Medida: 5.1.2. Desenvolvimento de ações de aproximação entre as escolas e as comunidades ciganas que visam promover a integração e o sucesso escolar

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdu/DGEstE	MEdu/DGE MC MEP/ACM, I.P. Entidades da Sociedade Civil Municípios

Foi concretizada a meta referente ao indicador “N.º de iniciativas em escolas que visam divulgar a história e cultura cigana com o envolvimento de famílias ciganas, mediadores/as e parceiros locais”, através do desenvolvimento de ações dos Projetos de Mediadores Municipais e Interculturais, nomeadamente de Fafe (34), Coimbra (10), Braga (3), Serpa (5), Águeda (9), Castelo Branco (21) e Moura.

Relativamente à meta, referente ao indicador “% dos agrupamentos de escolas com medidas locais que promovem a integração e o sucesso escolar de crianças e jovens ciganos/as”, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, vem concretizar o direito de cada aluno/a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos/as a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade. O Decreto-Lei tem como eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus/suas alunos/as, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno/a, mobilizando os meios de que dispõe para que todos/as aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Mesmo nos casos em que se identificam maiores dificuldades de participação no currículo, cabe a cada escola definir o processo no qual identifica as barreiras à aprendizagem com que o aluno/a se confronta, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno/a tenha acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades.

Também o indicador “N.º de pessoas voluntárias das comunidades ciganas em apoio às atividades escolares” teve a sua meta para 2021 concretizada. Nos Grupos Interativos desenvolvidos no âmbito das Comunidades de Aprendizagem, em 27 escolas participaram 229 voluntários familiares, não havendo informação sobre qual o n.º de familiares ciganos/as

incluídos neste número, aos quais se junta 30 voluntários/as no âmbito dos projetos FAPE e PAAC.



Imagem 22 – FAPE2020-0015 “Conhecer para Integrar” – Terras Dentro

Medida: 5.1.3. Criação de mecanismos de monitorização e acompanhamento da situação das crianças e jovens ciganos/as no sistema educativo

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdu/IGEC	
MEP/ACM, I.P.	MTSS/ISS

Nesta medida foi concretizado o indicador previsto para 2021, referente ao “Acompanhamento de alunos/as ciganos/as que abandonam o ensino no âmbito do Programa Escolhas”. Tratando-se de públicos prioritários do projeto, designadamente, participantes diretos, as crianças e jovens entre os 6 e os 25 anos, provenientes de contextos mais vulneráveis e que se encontrem numa ou mais das seguintes situações: a) em absentismo escolar; b) com insucesso escolar; c) em abandono escolar precoce; d) em desocupação (incluindo jovens NEET); e) em situação de desemprego e trabalho precário; f) com comportamentos desviantes; g) sujeitos a medidas tutelares educativas; h) detidos em estabelecimentos prisionais; i) sujeitos a medidas de promoção e proteção; j) sejam vítimas de quaisquer formas de violência e/ou discriminação. O Programa Escolhas reportou 171 acompanhamentos no âmbito desta medida.

Medida: 5.1.4. Reforço do envolvimento de pessoas ciganas/os em atividades de educação não formal

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	Entidades da Sociedade Civil
MEP/ACM, I.P. MC	Entidades da Sociedade Civil
MAI/GNR/PSP	MEdu

Em 2021, as metas referentes ao “*N.º de crianças e jovens ciganas/os e familiares envolvidas/os no Programa Escolhas*”, bem como ao “*N.º de atividades no Programa Escolhas de promoção do acesso à cultura de pessoas ciganas*” foram concretizadas respetivamente com 4506 pessoas e 249 atividades.

O Programa Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, tutelado atualmente pela Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações e integrado no Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), cuja missão é promover a integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social e destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica.

O Programa Escolhas está estruturado em três áreas de intervenção:

- (i) Educação, Inclusão digital, Formação e Qualificação;
- (ii) Emprego e Empreendedorismo;
- (iii) Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania.

Na atual e 8.ª geração, foram financiados 105 projetos a nível nacional, sendo que na NUT Norte foram aprovados 30 projetos; NUT Centro – 19 projetos; NUT Lisboa – 38 projetos; NUT Alentejo – 11 projetos; NUT Algarve – 4 projetos; e Regiões Autónomas – 3 projetos.

Nesta geração existem projetos em todos os distritos, exceto em Viana do Castelo, e em todas as capitais de distrito (à exceção de Aveiro e Viana do Castelo). A intervenção é realizada em 68 municípios diferentes.



Imagem 23 – Website Programa Escolhas

No que concerne ao indicador referente ao “N.º de crianças e jovens em contexto escolar abrangidas/os em ações de sensibilização para a não discriminação (Programa Escola Segura)”, foi reportado pela Polícia de Segurança Pública um total de 16757 alunos/as, 8133 do género masculino e 8624 do género feminino, não havendo informação concreta, neste número, referente às crianças e jovens ciganos/as.

Medida: 5.1.5. Implementação de mecanismos de incentivo ao acesso e permanência de jovens ciganos/as no ensino secundário

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	

Relativamente ao “N.º de Encontros de Jovens Ciganos Estudantes e Famílias de Portugal realizados”, em 2021, decorreu um encontro a 20 de dezembro, *online*, com 39 participantes.

O encontro contou com a intervenção da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, do Vice-Presidente da Associação Letras Nómadas, Bruno Gonçalves, do Presidente da Associação Sílabas Dinâmicas, Luís Romão, do Presidente da Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra, Osvaldo Grilo, da Presidente da Associação Costume Colossal, Vicência Cabeças, e ainda com duas mesas redondas “Falando com Pais” e “Escutando os filhos”.

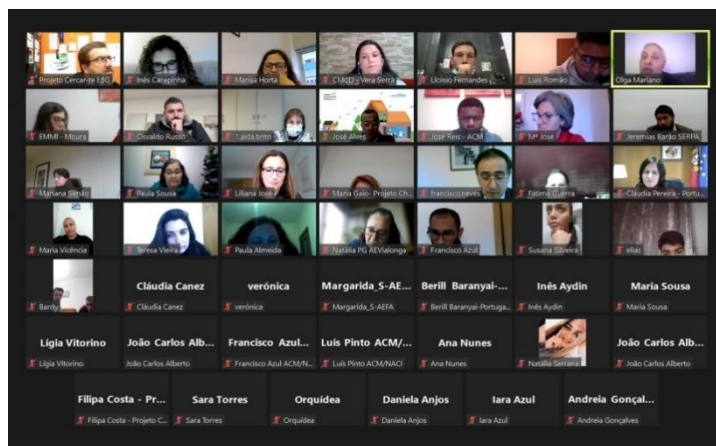


Imagem 24 – Encontro de *Jovens Ciganos Estudantes e Famílias de Portugal*

Refira-se ainda que nesta medida, embora não houvesse meta em 2021, do indicador referente ao n.º de bolseiros/as ciganos/as do ensino secundário, o ACM, I.P., continuou a promover o Programa ROMA Educa em parceria com três associações ciganas e foi preparado a 3.ª edição referente ao ano letivo 2021/2022 (lançada a 24 de janeiro de 2022).

Medida: 5.1.6. Formação de agentes educativos

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	

Relativamente a esta medida, em 2021, as metas dos indicadores foram alcançadas.

Relativamente ao indicador “*N.º de ações de formação para pessoal docente*”, foram concretizadas as 10 ações previstas, com ações de formação ministradas pelo NACI, pelos Projetos de Mediadores Municipais de Serpa, Castelo Branco e Moura.

Também a DGE promoveu a ação de formação “*A inclusividade e a interculturalidade como dimensões críticas da educação das crianças e jovens ciganos*”, direcionada para educadores e professores dos ensinos básico e secundário e de educação especial. Assim, de 17 de fevereiro a 24 de março de 2021, na NUT II Centro realizou-se, em regime *online*, a ação de formação referida com uma turma, num total de 25 horas (registo de acreditação CCPFC/ACC-104888/19) e contando com 15 formandos (docentes).

Com esta ação de formação, pretende-se que os formandos/as sejam capazes de:

- Problematizar das condições de inserção e mobilidade escolar e social das crianças ciganas pelo enfoque sobre os direitos;
- Incorporar contributos críticos da sociologia da educação e da cultura, dos estudos da criança e da didática de línguas, na identificação de oportunidades e constrangimentos à aprendizagem e à participação das crianças ciganas, entre a escola, família e comunidade(s);
- Discutir propostas de melhoria da escola com recurso aos instrumentos da educação inclusiva e da educação intercultural;
- Refletir sobre o papel da escola, dos agentes educativos e da (inter)ação das crianças ciganas e não ciganas, no reconhecimento do direito à igualdade e à diferença, como questão de Cidadania.

Relativamente ao indicador: *“N.º de ações de formação para pessoal não docente sobre inclusão escolar de pessoas ciganas”*, a meta foi também alcançada com 10 ações ministradas pelo Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas do ACM, I.P., a 182 participantes. Neste âmbito, refira-se ainda a ação ministrada pela coordenadora do ObCig, intitulada *“Educação para Todos mas... a alteridade (não) devia estar aí?”*, no dia 17 de junho, que contou com 66 participantes de 33 agrupamentos de escolas.

Objetivo específico: 5.2. Promover a integração e o sucesso de alunos/as ciganos/as no ensino superior

Medida: 5.2.1. Implementação de mecanismos de incentivo ao acesso e permanência de jovens ciganos/as no ensino superior

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	RESMI

No que concerne aos indicadores desta medida, não foi possível ainda, em 2021, concretizar a meta referente ao *“N.º de projetos no âmbito da RESMI tendo em vista a criação de mecanismos de integração de alunos/as ciganos/as no ensino superior”*, estando em construção um projeto para análise dos procedimentos de integração da diversidade cultural no ensino superior. Este projeto encontra-se ainda numa fase inicial de construção e teste dos instrumentos de recolha de informação. Não sendo objeto de estudo apenas a integração de alunos/as ciganos/as, este grupo também será abrangido pelo estudo.

Relativamente ao “N.º de bolsiros/as do Programa OPRE”, a meta foi atingida. O Programa Operacional para a Promoção da Educação – OPRE é um programa promovido pelo ACM, I.P., e dinamizado pela Associação Letras Nómadas.

Assim, como podemos constatar na tabela *infra*, em 2021, a meta foi atingida. No ano letivo 2020/2021, registou 41 bolsiros/as. Destes 41 bolsiros 53,6% são homens e 46,34% mulheres.

	Ano Letivo	N.º de Bolsas atribuídas
Projeto Piloto	2015/16	8
1.ª edição	2016/17	24
2.ª edição	2017/18	28
3.ª edição	2018/19	33
4.ª edição	2019/20	37
5.ª edição	2020/21	41

Tabela 1 – N.º de bolsas atribuídas por ano letivo

No âmbito da 5.ª edição do Programa OPRE, foram realizados dois encontros *online* (13 de março e 22 de maio) e um encontro presencial na Figueira da Foz a 9 de outubro. É de destacar nesta edição, a conclusão de seis Licenciaturas e um mestrado. A 30 de dezembro de 2021 foi lançada a 6.ª edição do Programa, referente ao ano letivo 2021/2022.

Objetivo específico: 5.3. Reforçar as competências básicas de homens e mulheres ciganos/as iletrados/as

Medida: 5.3.1. Desenvolvimento de ofertas formativas de alfabetização, literacia e competências básicas qualificantes

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdu	ARPC Entidades da Sociedade Civil
MEdu/MTSSS/ANQEP	Municípios APEFA/APCEP MEP/ACM, I.P. Entidades da Sociedade Civil

Relativamente ao indicador “*N.º de protocolos celebrados entre as escolas e entidades da sociedade civil para promover o aumento de inscrições em ofertas formativas de alfabetização, literacia e competências básicas qualificantes*”, não foi reportada informação sobre a sua execução em 2021.

Objetivo específico: 5.4. Capacitar profissionais da segurança social e de proteção de crianças e jovens

Medida: 5.4.1. Formação/sensibilização dirigida a profissionais da segurança social e de proteção de crianças e jovens

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	MTSSS/ISS
MEP/ACM, I.P. MTSSS/CNPDCJ	

Dentro desta medida foi cumprida a meta referente ao indicador “*N.º de ações de formação/sensibilização sobre interculturalidade e história e cultura cigana dirigidas a profissionais da segurança social*”, com quatro ações sob o tema “Comunidades Ciganas: Abordagens à Intervenção”, ministradas por um técnico e uma técnica do ACM, I.P., nas quais participaram Dirigentes, e Técnicos/as Superiores adstritos à área da Intervenção Social que exercem funções nos diversos Centros Distritais, do ISS, IP, com 94 participantes.

Também a meta referente ao indicador “*Nº de ações de formação/sensibilização sobre interculturalidade e história e cultura cigana dirigida a profissionais de proteção de crianças e jovens*” foi concretizado com a realização, em regime *online*, de oito ações nos dias 12, 15, 19 e 24 de março, 28 maio, 14 e 21 de outubro e 16 de dezembro. Estas ações foram asseguradas pelo ACM, I.P., tendo a CNPDPCJ procedido à sua divulgação

Não obstante as oito ações realizadas com profissionais de proteção de crianças e jovens, quando a meta eram cinco ações, a meta referente à “% de CPCJ abrangidas” não foi totalmente atingida. Até ao final de 2021 tinham sido abrangidas 65% das CPCJ, em vez das 100% definidas na meta.

Objetivo Estratégico 6 – Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional

Objetivo específico: 6.1. Garantir condições de acesso das pessoas ciganas ao emprego por conta de outrem e à criação do próprio emprego

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 6.1.1. Promoção do aumento das qualificações de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdu/MTSSS/ANQEP	
MEdu/MTSSS/ANQEP	ARPC Entidades da Sociedade Civil

A execução, em 2021, das metas referentes aos indicadores “N.º de inscrições de pessoas ciganas em Centros Qualifica”, “N.º de pessoas ciganas certificadas via processos RVCC” e “N.º de protocolos celebrados entre Centros Qualifica e entidades da sociedade civil para promover o aumento de inscrições de pessoas ciganas” não foi reportada, atendendo que a ANQEP, I.P., não teve possibilidade de, em 2021, executar o questionário destinado à Rede dos Centros Qualifica.

Medida: 6.1.2. Promoção do aumento de inscrições nos CE e CEFP, e da integração de pessoas ciganas desempregadas e ou à procura do primeiro emprego

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MTSSS/IEFP	
MEP/ACM, I.P. Municípios MTSSS/IEFP	

Nesta medida todos os indicadores com metas previstas em 2021 foram concretizados, como se pode ver de seguida.

No que se refere ao indicador “N.º de inscrições/reinscrições nos CE e CEFP de pessoas ciganas desempregadas e/ou à procura do 1.º emprego”, foi já alcançada a meta prevista até 2022, sendo que só no ano de 2021 houve 1339 inscrições/reinscrições, sendo 645 de utentes do sexo masculino e 694 de utentes do sexo feminino.

Relativamente ao indicador “*N.º de pessoas ciganas com Plano Pessoal de Emprego (PPE)*”, a meta foi largamente alcançada com 1374 novos PPE contratualizados no ano de 2021, com uma meta prevista de 700, sendo 704 de utentes do sexo feminino e 670 de utentes do sexo masculino. No ano de 2021, estiveram ativos, em média, 4891 PPE (2671 de utentes do sexo feminino e 2220 de utentes do sexo masculino), foram finalizados 1584 PPE (779 de utentes do sexo feminino e 805 de utentes do sexo masculino) e revistos 2148 PPE (1146 de utentes do sexo feminino e 1002 de utentes do sexo masculino).

No que se refere ao indicador “*N.º de inscrições de pessoas ciganas nos CE/CEFP promovidas pela Rede GIP*”, a meta foi igualmente alcançada com o reporte de 322 inscrições (140 inscrições dizem respeito a utentes do sexo masculino e 182 a utentes do sexo feminino).

Por outro lado, no que se refere ao indicador “*N.º de processos de tutoria para o acompanhamento da integração profissional de pessoas ciganas*”, a meta foi também alcançada tendo sido desenvolvidos 195 processos de tutoria, 81 com utentes do sexo feminino e 114 com utentes do sexo masculino.

No que se refere ao indicador “*N.º de pessoas ciganas abrangidas por medidas ativas de emprego ou noutras ações promotoras da empregabilidade, incluindo a criação do próprio emprego (p. ex. Medida Emprego Jovem Ativo, Programa Investe Jovem, Contrato Emprego e Inserção+, Medida Estágio Profissional)*”, a meta foi alcançada com 1361 pessoas abrangidas, sendo 637 de utentes do sexo feminino e 724 de utentes do sexo masculino.

Por último, o indicador “*N.º de iniciativas que visam garantir que pessoas ciganas elegíveis acedem a medidas ativas de emprego ou a outras ações promotoras da empregabilidade (no âmbito do Programa Escolhas, dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas e da intervenção de mediadores/as interculturais)*”, a meta anual prevista de 30 (trinta) foi alcançada e ultrapassada através das iniciativas dos Projetos de Mediadores Municipais e Interculturais (PMMI), reportadas pelos PMMI de Coimbra (65), Fafe (89), Braga (1), Águeda (7) e Castelo Branco (6).

Medida: 6.1.3. Qualificação de formadores/as e técnicos/as com base no Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as "A Formação Profissional num Contexto de Diversidade Cultural: Especificidades do Trabalho com Pessoas Ciganas"

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEdU/MTSSS	
MTSSS/IEFP	

Relativamente ao indicador *"N.º de ações de formação para formadores/as e técnicos/as de ORVC"*, não foi concretizado, não tendo sido reportada qualquer ação de formação.

Refira-se, no entanto, a realização a 31 de maio de 2021, de uma Sessão Informativa destinada a técnicos/as dos gabinetes do ACM, I.P., que acompanham públicos específicos, no sentido de melhorar a informação que lhes é transmitida, visando esclarecer acerca do funcionamento/organização da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.), e recursos disponíveis no âmbito dos processos de qualificação, formação e emprego.

Quanto ao indicador *"N.º de ações de formação para técnicos/as dos CE/CEFP"*, foi desenvolvida uma ação de formação pedagógica contínua de formadores com base no Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as "A Formação Profissional num Contexto de Diversidade Cultural: Especificidades do Trabalho com Pessoas Ciganas". Em virtude de não terem sido identificados/as formadores/as com o perfil adequado para o efeito, a meta de duas ações não foi alcançada.

Acrescenta-se que o Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as "A Formação Profissional num Contexto de Diversidade Cultural: Especificidades do Trabalho com Pessoas Ciganas", foi integrado no Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as "Aprendizagem Intercultural", o qual dedica um módulo de 10 horas à comunidade cigana "As comunidades ciganas em Portugal". Este módulo tem como finalidade desconstruir mitos sobre a comunidade cigana e compreender o funcionamento desta comunidade.

Assim, em 2021 decorreu uma ação do referencial de "Aprendizagem Intercultural", que contou com o envolvimento de 13 técnicos/as dos Serviços Locais de Formação Profissional do IEFP, I.P.

De ressaltar o facto de, na sequência do surto pandémico COVID 19, o IEPF, I.P., ter sido obrigado a adotar um conjunto de medidas de prevenção e de contenção, que levou designadamente à suspensão das ações de formação por um período de cerca de três meses, com os consequentes efeitos ao nível da execução das ações e da necessidade de reprogramação.

Objetivo específico: 6.2. Informar e sensibilizar as entidades empregadoras para a contratação de pessoas ciganas

Medida: 6.2.1. Sensibilização e mobilização de potenciais entidades empregadoras para a contratação de pessoas ciganas e para a aquisição de produtos e serviços prestados por pessoas ciganas, com o envolvimento das mesmas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	Carta Portuguesa para a Diversidade

Nesta medida foram concretizadas todas as metas propostas.

O indicador referente ao “*N.º de entidades empregadoras abrangidas em ações de sensibilização para a contratação de pessoas ciganas*” foi concretizado parcialmente através do envolvimento de sete entidades empregadoras.

O indicador referente ao “*N.º de ações de divulgação de boas práticas de inserção profissional de pessoas ciganas*” foi alcançado com ações desenvolvidas pelos Projetos de Mediadores Municipais e Interculturais (PMMI) de Braga (1), Águeda (4), Castelo Branco (3) e Moura (10).

Também o “*N.º de ações de divulgação das medidas de ação positiva no mercado de trabalho*” foi atingido em 2021, tendo sido realizada uma campanha através do Projeto FAPE “Conhecer para Integrar”, promovido pela Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado, para a promoção da contratação de pessoas ciganas. Esta iniciativa contou com testemunhos de vidas profissionais de pessoas ciganas, com diferentes percursos académicos.



Imagem 25 – Projeto FAPE2020-0015 – Conhecer para Integrar – Terras Dentro

Objetivo Estratégico 7 – Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas

Objetivo específico: 7.1. Melhorar as condições de habitação de pessoas e famílias ciganas, e eliminar a segregação espacial

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 7.1.1. Implementação do Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MATE/IHRU MEP/ACM, I.P. Municípios	Entidades da Sociedade Civil

No âmbito desta medida não havia meta para 2021, referente ao indicador: “*Protocolo celebrado entre o ACM, IHRU e municípios no âmbito do Programa 1.º Direito*”. No entanto, foi reportado pelo IHRU, I.P., a celebração de 127 acordos de colaboração em 2021 (entre o IHRU, I.P. e municípios) até 2026.

Os municípios envolvidos foram: Abrantes, Albufeira, Alcanena, Alcochete, Alfandega da Fé, Alijó, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Amadora, Anadia, Arcos de Valdevez, Arouca, Arronches, Avis, Azambuja, Baião, Barcelos, Bombarral, Braga, Cadaval, Câmara de Lobos, Caminha, Campo Maior, Carrazeda de Ansiães, Carregal do Sal, Castelo de Paiva, Celorico da Beira, Chaves, Cinfães, Coimbra, Covilhã, Elvas, Espinho, Estremoz, Faro, Felgueiras, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fundão, Gondomar, Gouveia, Grândola, Guimarães, Idanha-a-Nova Lagos, Leiria, Loures, Mação, Macedo de Cavaleiros, Mafra, Maia, Mangualde, Marco de Canaveses, Marvão, Melgaço, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Monção, Mondim de Basto, Montalegre, Montemor-o-Novo, Mortágua, Nelas, Nordeste, Olhão, Oliveira do Bairro, Ovar, Paços de Ferreira, Palmela, Paredes, Paredes de Coura, Penacova, Penafiel, Penela, Peniche, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Ponte de Sor, Portalegre, Portimão, Póvoa de Varzim, Reguengos de Monsaraz, Ribeira de Pena, S. João da Madeira, S. Pedro do Sul, Sabrosa, Santa Maria da Feira, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, Sátão, Seixal, Setúbal, Silves, Tábua, Tavira, Tomar, Tondela, Torre de Moncorvo, Torres Novas, Torres Vedras, Trofa, Vagos, Vale de Cambra, Valença, Valongo, Viana do Alentejo, Viana do Castelo, Vila de Rei, Vila do Conde, Vila do Porto, Vila Franca de Xira, Vila Franca do Campo, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Gaia, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Vimioso, Vinhais, Viseu, Vizela e Vouzela.

No âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, são celebrados acordos de colaboração entre o IHRU, I.P., e os municípios com o propósito de criar soluções de habitação. O financiamento por parte do IHRU, I.P., é feito através de duas vertentes, a saber: empréstimo bonificado e a fundo perdido. Este financiamento poderá ser dirigido à aquisição de terrenos, construção de fogos ou à sua reabilitação.

Saliente-se igualmente a assinatura de um protocolo de cooperação entre o ACM, I.P., e o IHRU, I.P., que visa promover o acesso adequado à habitação das populações portuguesas ciganas, migrantes e seus descendentes, e de pessoas refugiadas ou requerentes de proteção internacional. O protocolo foi assinado em Leiria, a 24 de junho, durante o Seminário “Dia Nacional das Pessoas Ciganas: Intervenções Participadas e as Novas Políticas de Habitação”, que contou com a participação da Secretária de Estado para a Integração e Migrações, Cláudia Pereira, da Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves, e da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira.

O seminário promovido simbolicamente no Dia Nacional das Pessoas Ciganas, 24 de junho, pelo Gabinete da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, a Câmara Municipal de Leiria e a InPulsar – Associação para o Desenvolvimento Comunitário, em parceria com Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), pode ser revisto aqui: <https://www.facebook.com/municipioleiria/videos/310654840754244>

Medida: 7.1.2. Qualificação das habitações e das infraestruturas dos bairros de habitação social

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MATE/IHRU	
MEP/ACM, I.P	MATE/IHRU

No que concerne ao indicador “*N.º de fogos de pessoas ciganas envolvidos em intervenções de grande reabilitação no parque habitacional IHRU*” e apesar do IHRU, I.P., não poder identificar e registar informação sobre a etnia, religião, orientação sexual, entre outros, uma vez que a política pública de habitação prossegue, de acordo com a Nova Geração de Políticas de Habitação (RCM n.º 50-A/2018, de 2 de maio), o princípio da universalidade do acesso a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, foi efetuada uma estimativa quanto ao n.º de agregados de pessoas ciganas que habitam em fogos dos bairros de habitação social do IHRU, I.P., que no decurso de 2021 beneficiaram de intervenções de grande reabilitação nas habitações e infraestruturas.

Assim, o n.º de agregados familiares de etnia cigana, cujas habitações foram qualificadas em 2021, é estimado em 45 agregados familiares.

A meta referente ao “*N.º de ações de mobilização de pessoas ciganas para integrarem associações de moradores/as (no âmbito do Programa Escolhas e da intervenção de mediadores/as interculturais)*” foi concretizada e ultrapassada com 12 ações desenvolvidas pelos Projetos Escolhas, 31 pelo Projeto de Mediadores Municipais Interculturais de Coimbra e duas ações desenvolvidas pelo Projeto de Mediadores Municipais Interculturais de Moura.

Medida: 7.1.3. Realização de ações de sensibilização dirigidas a locadores/as

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MEP/ACM, I.P.	Associação Nacional de Proprietários

Em 2021, apesar de várias tentativas de contacto com a Associação Nacional de Proprietários, não foi realizada a ação prevista de sensibilização dirigida a locadores.

Objetivo Estratégico 8 – Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas**Objetivo específico: 8.1. Promover condições de acesso de pessoas ciganas aos serviços de saúde**

Este objetivo específico tem várias medidas e indicadores associados.

Medida: 8.1.1. Promoção da literacia em saúde de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MS/ARS/ACES/ULS/DGS	Entidades da Sociedade Civil ARPC
MS/ARS/ACES/ULS/Hospitais/DGS	Autarquias/Ent. da Sociedade Civil/ARPC
MEP/ACM, I.P.	MS/ARS/ACES/ULS/DGS
MS/ARS/ACES/ULS/DGS	Unidades Funcionais do MS/ACES/ULS

De acordo com os interlocutores regionais, as intervenções com as comunidades ciganas por parte das entidades do sector da saúde desenvolvem-se maioritariamente em parcerias de forma formal e informal num conjunto de programas a nível regional, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Realça-se assim a importância do Programa Escolhas a nível Nacional, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS, as Câmaras Municipais, e outras entidades e cidadãos que promovem a integração das pessoas ciganas.

Desta forma, relativamente ao indicador “N.º de ações de informação/sensibilização sobre estilos de vida saudável”, o MS dinamizou várias ações no âmbito do Rendimento Social de Inserção a nível nacional, no âmbito da Saúde Escola, visitas domiciliárias a acampamentos de comunidades itinerantes e ainda ações em parceria com a Associação para o Planeamento da Família – APF, e outras entidades não-governamentais, com projetos dirigidos a comunidades ciganas. Não tendo sido reportado o n.º de ações pelo MS, é de referir que foram 14 as

atividades dinamizadas projetos no âmbito do FAPE e do PAAC e 32 as ações reportadas pelos Projetos Escolhas, considerando-se assim a meta das 30 ações cumprida.

Em relação ao *“N.º de materiais informativos disponibilizados sobre o acesso aos serviços de saúde e a importância da prevenção”*, a modalidade *“Casa Aberta”* para vacinação COVID-19 foi uma estratégia muito utilizada para encaminhamento de pessoas ciganas para a vacinação tendo a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo iniciado em 2021 um trabalho de diagnóstico de situação através da aplicação de questionários a pessoas da comunidade cigana sobre *“Atendimento em serviços de Cuidados de Saúde Primários”* (ACES Lisboa Central e Agrupamento de Centros de Saúde Loures e Odivelas) e em serviços do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central – CHULC e conceito de saúde/doença; e questionários aplicados a profissionais de saúde do CHULC e dos ACES Lisboa Central e ACES Loures Odivelas, sobre *“Atendimento de pessoas ciganas em serviços de Cuidados de Saúde Primários”* (ACES Lx Central e ACES Loures Odivelas) e em serviços dos CHULC, cujos resultados serão apresentados previsivelmente em 2022.

Ainda no âmbito desta medida, foi largamente concretizada a meta referente ao indicador *“N.º de iniciativas de promoção de acesso aos cuidados de saúde por parte de pessoas ciganas no âmbito do Programa Escolhas”*, com 234 ações concretizadas de janeiro a junho de 2021 – E8G.

No que se refere aos indicadores *“N.º de consultas de Planeamento Familiar a mulheres ciganas (Indicador Proxy)”*, *“N.º de consultas de Saúde Infantil e Juvenil a crianças ciganas”* e *“Taxa de cobertura vacinal de crianças ciganas”*, não foi possível obter estes resultados, uma vez que os Sistemas Informáticos do Ministério da Saúde não permitem a discriminação por raça e/ou etnia. Pese embora o facto de se poderem eventualmente aceder a estes indicadores através de Estudos sobre a comunidade cigana, ou através do Médico de Família, residência ou outro tipo de projeto, os dados assim recolhidos dariam apenas informação por amostra ou por uma comunidade e não foram reportados, no âmbito do relatório.

Medida: 8.1.2. Desenvolvimento de iniciativas que promovem o recurso aos cuidados de saúde por parte de pessoas ciganas

Entidades Responsáveis	Entidades Envolvidas
MS/ACES/ULS	Unidades Funcionais do MS/ACES/ULS
Municípios/MS	MEP/ACM, I.P./Entidades da Sociedade Civil/ARPC
MS/MEdu	
DGS/ARS	

No que se refere ao indicador “*N.º de protocolos celebrados entre ULS e entidades da sociedade civil tendo em vista o reforço do acesso aos cuidados de saúde por parte de pessoas ciganas*”, a meta foi concretizada através do Programa Bairros Saudáveis. O Programa Bairros Saudáveis foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 52-A/2020 com “a finalidade de dinamizar parcerias e intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades territoriais, através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não-governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em colaboração com as autarquias e as autoridades de saúde”.

O Programa Bairros Saudáveis é um programa público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis.

No âmbito do Programa Bairros Saudáveis, foram aprovados 246 projetos, no território continental, sendo possível a sua consulta através de um mapa interativo, disponível no seguinte *link*: <https://public.flourish.studio/visualisation/6298976/>

No que se refere ao indicador “*N.º de iniciativas junto de pessoas ciganas que visam promover o recurso a cuidados de saúde (no âmbito dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas e da intervenção de mediadores/as interculturais)*”, a meta foi cumprida com o reporte de 70 iniciativas realizadas pelos Projetos de Mediadores Municipais Interculturais de Coimbra, Fafe, Braga, Serpa, Águeda, Castelo Branco e Moura.

No que se refere aos indicadores “*% de crianças e jovens ciganos/as a frequentar a escola abrangidos/as por iniciativas de saúde escolar*”, *N.º de pessoas ciganas atendidas por serviços de saúde itinerantes*” e “*N.º de serviços itinerantes por ARS*”, ainda não foi possível ao Ministério da Saúde obter esses dados em 2021.

Objetivo específico: 8.2. Capacitar profissionais de saúde dos Cuidados de Saúde Primários e dos Cuidados Hospitalares

Medida: 8.2.2. Formação dirigida a profissionais de saúde

Entidades Responsáveis	Entidades envolvidas
MS/ARS	MEP/ACM, I.P. ARPC

No que se refere ao indicador “*N.º de ações de formação realizadas pelos pontos focais da ENICC, dirigidas a profissionais dos ACES/ULS*” a meta foi superada com a realização de duas ações de formação sobre o tema História e Cultura Cigana – Abordagens à Intervenção, que tiveram lugar nos dias 29 de setembro e 27 de outubro, contando com a participação de 27 e 18 formandos/as respetivamente.

O Ministério da Saúde reportou ainda em 2021, para além do âmbito das medidas previstas na ENICC, várias reuniões de equipa da Saúde para a sua implementação, assim como reuniões com o ACM, I.P.

De realçar ainda a reunião entre a ARS Alentejo e Municípios para implementação da Normas 019/2020 (1), DGS sobre “Testagem para COVID-19” e as duas reuniões havidas na ARS Norte para preparação da vacinação COVID-19, abordando a Norma 002/2021, (2), DGS, em 2021, as quais poderão ser consultadas nos seguintes *links*:

(1) [https://www.stss.pt/web/images/ Data/Covid19/data_stss-norma-0192020-dgs-20210326.pdf](https://www.stss.pt/web/images/Data/Covid19/data_stss-norma-0192020-dgs-20210326.pdf)

(2) <https://www.ordemenfermeiros.pt/media/25486/norma-002-2021-covid-19-campanha-de-vacina%C3%A7%C3%A3ocontra-a-covid-19-atualizada-a-17022022.pdf>

Para além da participação em vários *Webinars*, o Ministério da Saúde assinalou o Dia internacional da Pessoa Cigana através de uma publicação da ARS Alentejo, disponível aqui:

<http://www.arsalentejo.min-saude.pt/arsalentejo/Noticias/Paginas/Dia-Internacional-das-Pessoas-Ciganas---8-de-Abril-.aspx?PageID=2401>

SÍNTESE FINAL

Nesta síntese final, além do balanço de 2021 que já foi partilhado, consideramos importante partilhar ainda três iniciativas/acometimentos que não estando previstos na ENICC, estamos em crer, serão importantes a curto/médio prazo na integração das comunidades ciganas em Portugal.

A **Recomendação do Conselho relativa à Igualdade, Inclusão e Participação das Populações Ciganas** foi adotada, pelos Estados-Membros, no dia 12 de março de 2021, representando um dos compromissos da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) 2021, podendo ser consultada na sua versão em português, aqui: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021H0319\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021H0319(01)&from=PT)

A referida recomendação, pretende, entre outros aspetos, aprofundar a aplicação das Estratégias Nacionais para a Integração das pessoas ciganas e assim contribuir para a igualdade, inclusão e participação dos mesmos.

Ainda em 2021, ocorreu a **Publicação do 1.º Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação - “Portugal Contra o Racismo”** (RCM n.º 101/2021, de 28 de julho)

O plano tem como objetivo a promoção da igualdade, o combate ao racismo e à discriminação racial considerada, nos termos do artigo 1.º da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, como «qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública».

O plano encontra-se organizado em quatro princípios transversais (desconstrução de estereótipos; coordenação, governança integrada e territorialização; intervenção integrada no combate às desigualdades; e interseccionalidade) e as medidas inscritas no mesmo refletem as

recomendações, quer do Grupo de Trabalho para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação, quer os contributos da consulta pública.

A terceira iniciativa prende-se com a criação de uma **Rede de Municípios para a Participação e Inclusão das Comunidades Ciganas**. Promovida pelo Gabinete da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, esta rede era constituída, no final de 2021, por cerca de 35 municípios, agregados em sete grupos, com o objetivo de partilhar iniciativas (boas práticas e dificuldades) na integração das comunidades ciganas.



www.acm.gov.pt